
CICLOS POLÍTICO-ORÇAMENTÁRIOS E DÍVIDA PÚBLICA EM MUNICÍPIOS PARAIBANOS

POLITICAL-BUDGETARY CYCLES AND PUBLIC DEBT IN MUNICIPALITIES IN PARAIBA

Idalberto Alves Queiroga Júnior

Graduado em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Endereço: Rua, Sinfrônio Nazaré, 38, Centro, Sousa, PB, CEP: 58.800-240

Telefone: (83) 3521-3200

E-mail: juniorqalves@gmail.com

José Ribamar Marques de Carvalho

Doutor, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Endereço: Rua, Sinfrônio Nazaré, 38, Centro, Sousa, PB, CEP: 58.800-240

Telefone: (83) 3521-3200

E-mail: profribamar@gmail.com

Recebido: 12/09/2023 Aprovado: 09/02/2024

Publicado: 20/04/2024

Enyedja Kerlly Martins de Araújo Carvalho

Doutora, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Endereço: Rua, Sinfrônio Nazaré, 38, Centro, Sousa, PB, CEP: 58.800-240

Telefone: (83) 3521-3200

E-mail: enyedjakm@gmail.com

RESUMO

É visto e notado a escassez de trabalhos que visam analisar as mudanças no orçamento e na dívida pública diante os ciclos político-orçamentários em municípios. Diante dessa problemática, este estudo buscou evidenciar se a presença de ciclos políticos potencializa as mudanças no orçamento e na dívida pública em municípios da microrregião de Sousa-PB. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa foi de natureza quantitativa, documental e descritiva. Ao todo foram analisados 14 municípios dos 17 contidos na amostra do estudo, no período de 2008 a 2020, no que engloba três ciclos eleitorais. O modelo estatístico escolhido para esta pesquisa foi a análise de regressão com dados em painel, através do método de efeitos fixos, com dados seccionais gerados a partir do software livre Gretl®. Os resultados demonstraram significância em relação as variáveis utilizadas, indicando que os ciclos políticos potencializam o gasto orçamentário, principalmente em anos eleitorais, ademais a dívida pública demonstrou significância com aumento em anos pré-eleitorais, ao contrário do gasto orçamentário, o que adequa aos objetivos que forma propostos pela pesquisa. O presente estudo traz implicações para a gestão pública, uma vez que poderão encontrar ideias para desenvolver ou aumentar a eficiência dos gastos públicos nos ciclos político-orçamentários.

Palavras-chave: Ciclos políticos-orçamentários. Dívida pública. Ciclos eleitorais.

ABSTRACT

It is seen and noticed the scarcity of works that aim to analyze the changes in the budget and in the public debt in face of the political-budgetary cycles in municipalities. Faced with this issue, this study sought to demonstrate whether the presence of political cycles enhances changes in the budget and public debt in municipalities in the microregion of Sousa-PB. The methodology used for the development of this research was of a quantitative, documental and descriptive nature. In all, 14 municipalities out of the 17 contained in the study sample were analyzed, in the period from 2008 to 2020, encompassing three electoral cycles. The statistical model chosen for this research was the regression analysis with panel data, through the fixed effects method, with sectional data generated from the free software Gretl®. The results showed significance in relation to the variables used, indicating that political cycles potentiate budget spending, especially in election years, in addition public debt showed significance with an increase in pre-election years, unlike budget spending, which suits the objectives that form proposed by the research. The present study has implications for public management, as they may find ideas to develop or increase the efficiency of public spending in political-budgetary cycles.

Keywords: *Political-budgetary cycles. Public debt. Electoral cycles.*

1 INTRODUÇÃO

A Democracia é um regime político em que o povo exerce o poder, sendo este o detentor da soberania e dos instrumentos primordiais do estado democrático de direito para a plena organização da sociedade, bem como as decisões políticas que devem permanecer conforme o desejo da sociedade (GONZAGA, 2022).

Hodiernamente, é de pleno consenso que, o resultado no pleito eleitoral é, de modo direto, influenciado pela execução econômica de um país. Nos períodos que antecedem as eleições, o governante provavelmente irá assegurar medidas que venham a “aborrecer” os eleitores, seja com a variação progressiva de impostos ou perda de valor na moeda cambial (CARVALHO; OLIVEIRA, 2009). Os governos têm responsabilidades na medida em que os cidadãos conseguem distinguir se tais governantes agem em concordância aos seus interesses e aprová-los adequadamente, de forma que aqueles governantes que trazem satisfação aos cidadãos mantenham-se em seus postos e os que não satisfazem percam suas posições (CHEIBUB; PRZEWORKI, 1997).

Dentro dessa perspectiva, a teoria dos ciclos político-econômicos refuta a ideia tradicional de que governantes são solidários e procuram a maximização do bem-estar do povo. Através dessa teoria, é possível identificar diversas perspectivas acerca da motivação dos governantes para determinadas escolhas sobre políticas públicas. Enquanto um grupo de modelos deduz que os políticos são movidos por uma ideologia, outros grupos partem agem por oportunismo, tentando alcançar apenas vencer as eleições (PREUSSLER, 2001).

De acordo com Sakurai (2009), a elevação de gastos e dívida pública se torna relevante sua abordagem pela ótica da Teoria dos Ciclos Políticos, em que os policymakers, com a intenção de se manter no poder, formulam situações econômicas aparentemente favoráveis à sociedade em períodos eleitorais, muitas vezes elevando gastos públicos e os diminuindo nos anos pós-eleitorais. Com isso, o governo tende tomar decisões que implicam na condução de política econômica expansionista e contracionista, formando ciclos econômicos que se vinculam aos ciclos políticos.

Pesquisas anteriores vêm sendo desenvolvidas com objetivo de discutir a presença de ciclos políticos oportunistas e partidários em variáveis macroeconômicas, fiscais e orçamentárias de governos estaduais e municipais (PUCHALE, 2019; BARTOLUZZIO; ANJOS, 2020; WYSE et al., 2022). Em geral, estes estudos apontam para a presença de ciclos políticos orçamentários com motivações oportunistas e partidárias nos governos brasileiros estaduais e locais. Os estudos citados analisaram

variáveis fiscais, tais como as despesas e investimentos realizados pelos governos, sem levar em consideração os efeitos dos ciclos políticos sobre a elevação da dívida pública ocasionada pela realização dos gastos dos governos municipais, conforme defende Wyse et al. (2022).

A pesquisa empírica tem sido focada tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento ou em transição. A evidência sobre diferentes manifestações dos ciclos político-orçamentários tem sido claramente mais forte no último grupo de países, cujas economias, instituições e sociedades emergentes (ou seja, cultura e contexto eleitoral) variam significativamente daqueles dos países desenvolvidos, bem como entre si (KYRIACOU et al., 2021; LAMI, 2023).

No contexto, é possível perceber as atuações das ideologias “oportunistas e partidárias”, nas quais norteiam a teoria dos ciclos político-orçamentários e influenciam a população e a economia brasileira. Face ao exposto, esse estudo procurou responder ao seguinte questionamento: A presença de ciclos políticos potencializa as mudanças no orçamento e na dívida pública em municípios contidos na microrregião de Sousa-PB? Para tanto, objetiva evidenciar se a presença de ciclos políticos potencializa as mudanças no orçamento e na dívida pública em municípios contidos na microrregião de Sousa-PB.

Ademais, a pesquisa se justifica pelo fato de que, embora existam diversos trabalhos que abordam a influência dos ciclos político-orçamentários na gestão fiscal municipal, entende-se que existem lacunas a serem preenchidas especialmente na região desse estudo.

O estudo está organizado da seguinte forma: além desta introdução, o referencial teórico, metodologia e técnicas para a elaboração da pesquisa, resultados e discussões, considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria dos ciclos político-orçamentário

As argumentações teóricas sobre ciclos políticos começaram a surgir pelos estudos iniciais de Kalecki (1943), Akerman (1947), Downs (1957) que analisaram como as democracias eram sujeitas a estagnações econômicas estimuladas por líderes empresariais, como diligência disciplinar e procuraram discutir a relação entre a relação de ciclos políticos e econômicos e o comportamento dos policymakers. Além da avaliação de forte conformidade entre os períodos de progressão e crises na economia com os resultados das eleições (BARTOLUZZIO; ANJOS, 2020).

Vários modelos (NORDHAUS, 1975; HIBBS, 1977; RODRIGUES, 2015; KLEIN; SAKURAI, 2015; PUCHALE, 2019; CASTRO; MARTINS, 2018; BARTOLUZZIO; ANJOS, 2020) foram criados para que representassem o comportamento da economia no decorrer do calendário eleitoral, com a finalidade de descobrir a presença de movimentos cíclicos. Portanto, uma forma de se estudar os ciclos econômicos é interpretá-los de maneira politicamente determinada. No que consta que a origem de alguns desse ciclos está situado na motivação política, ou seja, determinam-se que os ciclos econômicos também são políticos (QUEIROZ; SILVA, 2010).

Os ciclos políticos motivaram a formulação de modelos que procuram explicar as mudanças que ocorrem nos períodos eleitorais: Oportunista e Partidário. Nordhaus (1975), propôs em seu primeiro modelo, a hipótese de que os políticos são movidos pelo desejo de ficar em seus cargos, pelo que irão considerar as políticas que satisfaçam o maior número de eleitores com vistas em relação ao resultado positivo nas eleições (SILVA; FARONI, 2011). Segundo Wyse et al. (2022), o desemprego populacional pode sofrer redução em períodos pré-eleitorais com aumento nas taxas de inflação, ocasionando nos resultados das eleições uma forte influência pelos resultados econômicos.

Uma outra corrente teórica proposta por Hibbs (1977) enfatiza que os políticos são movidos pela própria ideologia ou do grupo a qual representam (SILVA; FARONI, 2011). Essa preferência é ocasionada porque os partidos de direita correspondem aos interesses das classes de elevado poder financeiro, onde é concentrado pelos seus membros a maior parte do capital financeiro, já os de esquerda

representam em seu eixo a classe trabalhadora, os mais prejudicados pelo elevado índice de desemprego (WYSE et al, 2022).

Uma nova vertente sobre os ciclos políticos surgiu, onde os eleitores são ditos e modelados como racionais, porém possuem informação imperfeita, isto é, almejam compreender a competência do mandatário pelas decisões políticas, na qual utilizam de todas as informações consideradas relevantes disponíveis sobre a variável prevista em questão (QUEIROZ; SILVA, 2010).

Os modelos racionais também seguem com as teorias básicas dos clássicos Modelos Racionais Oportunistas e Modelos Racionais Partidários, porém ponderam que os eleitores agem pelas suas expectativas racionais, obtendo conhecimento do seu respectivo meio político-econômico (COVRE, 2016).

O Modelo Racional Oportunista considera dois importantes conceitos: a desconformidade de informações relacionadas aos eleitores e governos, bem como sua competência. A ideia inicial do modelo proposto é que os políticos estão bem mais informados sobre a capacidade de governar do que os próprios eleitores, desse modo é capaz de observar com mais eficiência a realização da manipulação da política econômica para favorecerem seus resultados, mesmo havendo racionalidade entre os eleitores (FONTENELE et al., 2015).

Ademais, acerca dos Modelos Racionais Partidários, Neto e Rossi (2016) destacam que esses modelos objetivam implementar as expectativas racionais aos clássicos, partem do pressuposto de que os processos no período eleitoral sem viés se tornam caracterizados pela incerteza na presença dos resultados, ou seja, mesmos que os indivíduos mantenham suas expectativas, não sabem ao certo, até a apuração, o vencedor das eleições, obtendo surpresa perante o resultado.

Neto e Rossi (2016) destacam também que tais modelos, tanto oportunistas, quanto partidários complementam-se, pois há a possibilidade de se verificar uma conduta oportunista com um olhar direcionado a ideologia de um mesmo governo.

A experiência na maioria dos países em desenvolvimento mostrou que, para influenciar os resultados eleitorais, os governos em exercício às vezes desviam fundos destinados ao serviço da dívida para o fornecimento de projetos tangíveis em sua tentativa de manter o poder (SÁEZ, 2016). Isso, por sua vez, leva a uma redução do serviço da dívida, principalmente em anos eleitorais, e a um maior acúmulo de dívida pública nos anos subseqüentes (QUAICOE, 2023).

Outro aspecto interessante em torno do tema se refere a pressão eleitoral que pode levar os governos em exercício a manipular políticas públicas para aumentar suas chances de reeleição (Vergne, 2009). A literatura existente sugere que a mudança geral na composição do gasto é maior em países jovens ou recentemente democratizados do que em democracias avançadas. Mais ainda, a composição da despesa em anos eleitorais é geralmente maior do que em anos não eleitorais nas democracias estabelecidas (Enkelmann & Leibrecht, 2013).

Estudos como Katsimi e Sarantides (2012), Aregbeyen e Akpan (2013), e Enkelmann e Leibrecht (2013) avaliam os efeitos das eleições nas despesas do governo a um nível desagregado – recorrente, capital e infraestrutura. Quicoe (2023) argumenta que essas premissas fornecem um bom começo para a análise sobre eleições e gastos do governo no âmbito do ciclo orçamentário político, a lacuna na literatura é que trabalhos empíricos explorando tais efeitos no serviço da dívida são difíceis de encontrar.

Nesse sentido, a análise do orçamento público, bem como a abordagem da dívida pública, contribui para a compreensão do mecanismo cíclico eleitoral, sob o viés da teoria dos ciclos político-orçamentário e traz inquietações interessantes a esse cenário temático sob a perspectiva da gestão pública.

Como se observa, os partidos políticos apresentariam preferências diferentes em relação à conduta de suas respectivas políticas econômicas e, assim, estando no poder teriam um comportamento distinto da economia em função de uma consistência ideológica por parte dos partidos políticos conforme se verifica nas abordagens acima. A seguir são retratadas algumas iniciativas que foram realizadas em torno da temática desse estudo.

2.2 Evidências Empíricas

Diversas evidências empíricas que norteiam os ciclos político-orçamentários já foram desenvolvidas. Entre as existentes, destaca-se o estudo de Silva e Faroni (2011) que buscou analisar as mudanças comportamentais dos gastos públicos dos municípios da Zona da Mata Mineira, composta por sete microrregiões e 142 municípios, onde utilizou-se de oito anos para o período de análise (2000-2008). Com uma análise para dados em painel foram efetuados testes com as Despesas Orçamentárias, os Gastos sociais e Gastos econômicos, com a finalidade de encontrar manipulações do âmbito eleitoral. Os resultados da pesquisa indicaram que as despesas públicas sofrem influência em seu comportamento, de relevância estatística, em decorrência das eleições municipais, no que que evidencia o aparecimento de ciclos políticos.

Neto e Rossi (2016) realizaram um estudo sobre a atuação dos governos estaduais no Brasil, a fim de interferir no resultado das eleições com a condição de manter o grupo aliado no poder pela perspectiva da teoria dos ciclos político-econômicos. Para a análise foram utilizados os dados das contas públicas estaduais contidas na Secretaria do Tesouro Nacional. Os resultados alegaram, no período em questão, a incidência de ciclos políticos no Brasil e uma consequência na diminuição dos gastos posterior a LRF.

Puchale et al. (2020) objetivaram, em seu estudo, evidenciar a possibilidade de haver ciclos político-econômicos com base no modelo oportunista e ideias sobre os gastos sociais, bem como gastos de investimentos nos governos dos estados do Brasil, no período de onze anos (2003-2014). Os autores fizeram uso de uma análise econométrica de dados em painel e obtiveram como resultados uma intervenção do calendário eleitoral unicamente sobre os dispêndios orçamentários de gastos com investimentos, na qual englobam como receptores os estados no período em questão, outrossim, a ideologia sobre o partido esclareceu não ter nenhuma relação com gastos que foram analisados.

Gootjes et al. (2020) verificaram se as regras fiscais restringem os ciclos político-orçamentários, analisando 77 países em desenvolvimento durante o período de 1984 a 2015. Os autores constataram que fortes regras fiscais amortecem os ciclos político-orçamentários, o que aprimora a disciplina fiscal e a importância dessas regras. Resultado semelhante foi encontrado por Bonfatti e Forni (2019), relatando que elas também possuem o efeito de limitar os incentivos dos políticos a gastar mais antes das eleições.

Wyse et al. (2022) evidenciaram como os ciclos políticos orçamentários influenciam os gastos públicos em municípios e estima o efeito sobre a dívida pública. Foram efetuadas análises nos dados dos municípios do Rio Grande do Sul, em um período de onze anos (2005-2016), tendo como técnica utilizada, a análise de dados em painel. Os resultados da pesquisa sugeriram que os gastos públicos ocasionavam impacto na dívida pública de municípios gaúchos e que, através dos ciclos políticos, principalmente em anos pré-eleitorais, geram sobre a dívida pública um efeito positivo, representando um aumento na dívida pública no ano antecedente a eleição. Com relação a linha partidária municipal e federal, encontraram-se resultados positivos, logo a aliança entre os governos aumenta os gastos públicos e como tendência aumenta a dívida pública dos municípios.

Lami (2023) investigou os ciclos orçamentários políticos na Albânia, uma democracia de transição pós-comunista, propensa à manipulação política (eleitoral) oportunista de políticas e resultados econômicos. Concluiu que Ciclos mais fortes são observados em países em desenvolvimento ou em transição com democracias imaturas, refletindo a pouca experiência e a miopia dos eleitores em discernir as intenções eleitorais oportunistas da condução das políticas fiscais e orçamentárias dos titulares antes das eleições. A falta de mecanismos institucionais eficazes para restringir políticas oportunistas e exercer controle fiscal também é outra explicação importante para a existência de ciclos políticos fiscais mais ousados nas novas democracias.

Quaicoe (2023) examinou se as eleições reduzem as despesas com o serviço da dívida dos governos na África e se o desenvolvimento econômico modera as eleições para induzir a obrigação de

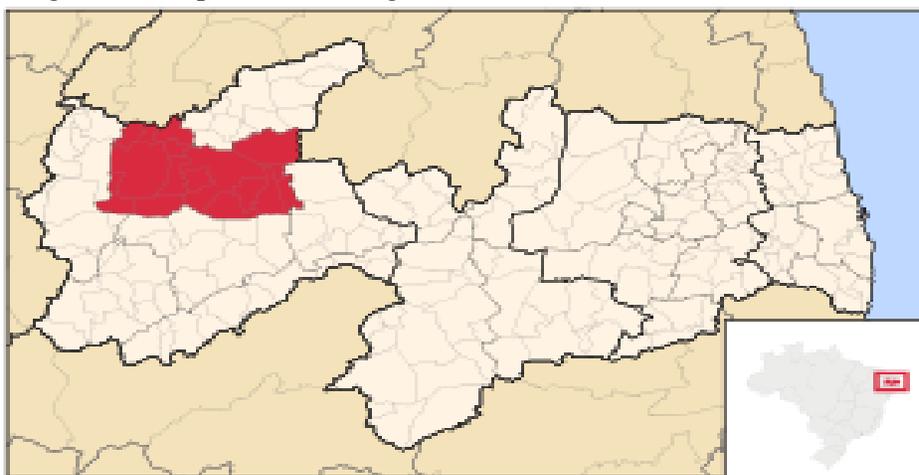
serviço da dívida dos governos na África. O estudo conclui que durante os períodos eleitorais, os governos na África reduzem o serviço da dívida e o canalizam para atividades que promovem o desenvolvimento ou os colocam em uma posição melhor para manter o poder.

Essas constatações reforçam a ideia de que os ciclos políticos podem refletir no orçamento e no endividamento público proporcionando inferências em vários contextos locais, regionais e nacionais para melhor entendimento dos ciclos e seu suposto efeito na gestão pública.

3 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como documental, descritivo e quantitativo. A amostra do estudo integra os dezessete municípios que compõem a microrregião de Sousa-PB, porém em razão da ausência de dados suficientes foram excluídos três municípios (Aparecida, Santa Cruz e São Francisco), perfazendo um amostra final de quatorze municípios, tendo como período para análise os anos de 2008 a 2020, que compreendem três últimos ciclos eleitorais.

Figura 1 - Mapa da Microrregião de Sousa – PB



Fonte: Cidade-Brasil (2021).

A microrregião de Sousa-PB é composta pelos municípios de: Aparecida, Cajazeirinhas, Condado, Lastro, Malta, Marizópolis, Nazarezinho, Paulista, Pombal, Santa Cruz, São Bentinho, São Domingos de Pombal, São Francisco, São José da Lagoa Tapada, Sousa, Vieirópolis e Vista Serrana. Possui um total de 189.553 habitantes em 2021, para uma área total de 4.803 km² (CIDADE-BRASIL, 2021).

A pesquisa utilizou de alguns dados secundários para a obtenção dos resultados. Para os dados referentes ao orçamento e a dívida pública foram coletados no banco de dados Finanças Brasil (FINBRA) e no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Foi utilizado o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a obtenção dos dados relacionados a população. Os demais dados eleitorais foram coletados dos sites do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB). Toda a coleta foi realizada durante o mês de abril e maio de 2023.

O modelo estatístico utilizado foi a Regressão com Dados em Painel de eixos fixos, via estimação pelos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). O *software* GNU Regression, Econometric and Time-series Library (Gretl) 2023c-git foi utilizado. Os dados da amostram apresentam dados seccionais (composto pelos municípios) e de tempo (2008-2020), semelhante a metodologia adotada no estudo de Wyse et al. (2022). No Quadro 1, são apresentadas as variáveis de regressão que foram utilizadas no estudo.

Quadro 1 - Variáveis do Modelo de Regressão

Variável (teórica)	Variável (operacional)	Descrição
--------------------	------------------------	-----------

Gastos Orçamentários	Gasto Orçamentário	Gasto total orçamentário
Variáveis de controle	Pop.	População
Ciclo Político Oportunista	Ano Pré Eleitoral	Dummy de ano pré-eleitoral=1; 0 = caso contrário
	Ano Eleitoral	Dummy de ano eleitoral = 1;0 = caso contrario
Ciclo Político Partidário	Partido Esquerda	Dummy de partidos de esquerda = 1;0 = Direita/Centro
	Partido Centro	Dummy de partidos de centro = 1;0 = Esquerda
	Partido Direita	Dummy de partidos de direita = 1;0 = Esquerda
Coalizão Política	Prefeito x Governador	Dummy quando partido prefeito é o mesmo do governador = 1;0 = caso contrário
	Prefeito x Presidente	Dummy quando partido prefeito é o mesmo do presidente = 1;0 = caso contrário
Dívida Pública	Dívida Pública	Total Passivo

Fonte: adaptado de Wyse et al. (2022) para a pesquisa.

Para classificar os partidos políticos, foi adotada a mesma tipificação semelhante a pesquisa de Wyse et al. (2022), representada no Quadro 2.

Quadro 2 - Partidos Políticos

Partidos de Esquerda	Partidos de Centro	Partidos de Direita
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
Partido dos Trabalhadores (PT)	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	Partido Social Cristão (PSC)
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Agir	Progressistas (PP)
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	Cidadania	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)
Partido da Mobilização Nacional (PMN)	Avante	Democracia Cristã (DC)
Partido Verde (PV)	Rede Sustentabilidade (REDE)	Podemos (PODE)
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)		Republicanos
Partido Comunista Brasileiro (PCB)		Partido Liberal (PL)
Partido da Causa Operaria (PCO)		Partido Social Democrático (PSD)
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)		Patriota
Solidariedade		Partido Republicano da Ordem Social (PROS)
Unidade Popular (UP)		Partido Novo (NOVO)
		Partido da Mulher Brasileira (PMB)
		União Brasil (UNIÃO)

Fonte: Adaptado de Wyse et al. (2020) para a pesquisa.

Na base foram utilizados o ano eleitoral e pré-eleitoral. Para o mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro foi considerado os partidos PL e PSL nos anos de 2019 e 2020, considerando o PL como

condutor do mandato afim de delimitar o parâmetro para o *dummy de* coalisão política, bem como para o ano de 2016, foi considerado o PMDB como atribuição ao *dummy* (valor 1) de coalisão política, pois o partido foi o condutor da maior parte do mandato presidencial de 2016 a 2020. Ademais para os critérios acerca do Gasto Orçamentário foi utilizado como parâmetro de análise as despesas pagas, após os empenhos e liquidações dos orçamentos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Gasto Orçamentário como variável dependente

O Gasto Orçamentário se refere ao total dos gastos municipais, englobando itens de custeio que foram destinados recursos públicos. Na Tabela 1 é apresentado os resultados do modelo de regressão que foi estabelecido para evidenciar a presença de ciclos políticos sobre os gastos orçamentários.

Tabela 1- Gasto Orçamentário como variável dependente

Variavel Dependente: Gasto Orçamentário (EF)	Coefficiente	p-valor
Const.	-1,50608	3,51 ***
Ano Eleitoral	1,96681	0,0839
Ano Pré Eleitoral	1,10494	0,368
Prefeito x Presidente	-1,30634	0,47
Prefeito x Governador	2,40384	0,2973
Partido Esquerda	-3,32796	0,0271 **
População	14113,7	1,46 ***
Divida Publica	0,120307	0,0089 ***
R ² – Ajustado	0,930564	
R ²	0,552222	
Teste F	107,8834	

Nota. Efeito Fixo (EF). ***, **, * Estatisticamente significantes ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O modelo de regressão aponta para um valor de R² ajustado de 0,930564, o que indica que o modelo explica cerca de 93,06% da variabilidade na variável dependente “Gasto Orçamentário”. Isso sugere que o modelo tem um bom ajuste aos dados e as variáveis independentes incluídas conseguem explicar uma parte significativa da variação na variável dependente.

Identifica-se a presença de ciclos políticos Wyse et al., (2020), já que é possível observar o aumento de gastos orçamentários em ano eleitoral, quando se compara aos demais anos (ano pré-eleitoral), como por exemplo e sugerido aos resultados, para cada aumento de uma unidade na variável “ano eleitoral”, é esperado um aumento de 196,7% em gastos orçamentários, mantendo as outras variáveis constantes.

Esses resultados estão, em grande parte, de acordo com a pesquisa sobre essa temática, como vistos também nos achados de Sakurai (2009), Sakurai e Menezes-Filho (2007) onde a presença de ciclos políticos oportunista é evidenciada por funções orçamentárias.

Em relação ao ciclo político partidário, a variável “Partido de Direita/Centro” apresentaram colinearidade exata e foram omitidos da pesquisa, ou seja, ao adotar os efeitos fixos, não se torna aceita quaisquer variáveis que se permaneçam constantes ao longo do tempo, é feita a subtração da variável na média temporal, sendo a média temporal de uma constante ela mesma, assim eliminada dos resultados. Para a variável “Partido de Esquerda”, indica que um aumento de uma unidade nessa variável está

associado a uma diminuição de 332,79 % na variável “Gasto Orçamentário”, mantendo também as outras variáveis constantes.

Os achados desse estudo se alinham ao entendimento de Gonçalves et al. (2017) quando afirmam que em se tratando dos chamados ciclos políticos, eles seriam caracterizados pelas escolhas políticas nas decisões gerenciais, levando em consideração a colocação ideológica (ou a falta desta) do partido do governante. Assim, a ideologia da sigla partidária, aqui organizada em classes (esquerda, centro ou direita) influenciaria as decisões do governo e, por consequência, a economia.

Os *p-valores* fornecem uma medida da significância estatística dos coeficientes estimados. No caso dos coeficientes das variáveis “partido de Esquerda” e “Pop.”, os *p-valores* são abaixo de 0,05, indicando que esses coeficientes são estatisticamente significativos na variável dependente.

Quanto ao alinhamento político, o fato de o partido político do prefeito estar de acordo com o partido político do governador, sugeriu um aumento em relação aos gastos orçamentários de 240,4%, já o alinhamento com o presidente da república apresentação efeito negativo nos gastos orçamentários, tendo uma diminuição de 130,63%, o que divergem de Wyse et al., (2020), que encontraram resultados contrários com relação a referente pesquisa.

4.2 Dívida Pública como variável dependente

De acordo com o modelo de regressão o valor do R^2 – ajustado é de 0,794019 (tabela 2), é possível afirmar que significa que cerca de 79,40% da variabilidade em “Dívida Pública” é explicada pelas variáveis independentes incluídas no modelo. O que sugere que o modelo tem um razoável ajuste aos dados e as variáveis independentes têm uma influência razoável na variável dependente.

Tabela 2 - Dívida Publica como variável dependente

Variável Dependente: Dívida Pública (EF)	Coefficiente	p-valor
Const.	-1,52380	1,09 ***
Ano Eleitoral	2,5998	0,1795
Ano Pré Eleitoral	3,15523	0,1294
Prefeito x Presidente	1,08704	0,7236
Prefeito x Governador	8,44605	0,0302 **
Partido Esquerda	-9,82537	9,57 ***
População	13157,2	1,57 ***
Gasto Orçamentário	0,347339	0,0089 ***
R^2 ajustado	0,794019	
R^2	0,396418	
Teste F	31,0313	
Nota. Efeito Fixo (EF). ***, **, * Estatisticamente significantes ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.		

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Constata-se como os resultados que, o gasto orçamentário (variável dependente analisada anteriormente) mediante seus valores na área tem impacto de 37,73 sobre a dívida pública, o que contraria os resultados de Wyse at al., (2020), que ao analisar a mesma variável, obtiveram um aumento de 177,09% do gasto orçamentário sobre a dívida pública como variável dependente.

Para a influência de ciclos políticos oportunistas ver-se um aumento de 315,5% no período pré-eleitoral e uma diminuição desse efeito de 259,89% para o ano eleitoral. A possível explicação para essa causa é a intenção de reeleição dos candidatos, quando as despesas são potencializadas em anos antecedentes ao ano de pleito eleitoral, como destacado por Sakurai e Menezes-Filho (2007).

Com relação a coalizão política, quando o partido do prefeito está alinhado com a do governador, para cada aumento de uma unidade em "Prefeito x Governador", espera-se um aumento de 8,4460 ou seja, 844,60% na variável dependente "Dívida Pública", mantendo as outras variáveis constantes, o que demonstra sua significância em relação a variável "Prefeito x Presidente", com 108,7%.

Da mesma forma, um aumento de uma unidade em "Partido Esquerda" está associado a uma diminuição de 9,82537 ou seja, 982,5% na variável dependente mantendo as outras variáveis constantes. Sobre os valores-p que indicam a significância estatística dos coeficientes estimados. Neste caso, os valores-p para as variáveis Prefeito x Governador, Partido Esquerda e População são menores que 0,05, indicando que esses coeficientes são estatisticamente significativos. Isso significa que essas variáveis têm uma influência significativa na Dívida Pública. Por outro lado, as variáveis "Ano Eleitoral, Ano Pré Eleitoral, Prefeito x Presidente e Gasto Orçamentário" não são estatisticamente significativas, pois seus *p-valores* são maiores que 0,05.

A Tabela 3 apresenta os critérios de informação contidos na regressão, que demonstram o quão as variáveis se ajustam ao modelo.

Tabela 3 - Critério de Akaike, Hanna-Quinn e Log de verossimilhança

Critério de informação	Gasto Orçamentário	Dívida Pública
<i>Akaike</i>	6240,178	6433,144
<i>Hanna-Quinn</i>	6267,454	6460,42
<i>Log da verossimilhança</i>	-3099,089	-3195,572

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para o Critério de Akaike, os valores apresentados são 6240,178 para o modelo de Gasto Orçamentário e 6433,144 para o modelo de Dívida Pública. Isso significa que, de acordo com esse critério, o modelo de Gasto Orçamentário tem um ajuste melhor aos dados do que o modelo com a Dívida Pública, pois apresenta um valor de critério menor.

Para o Critério Hannan-Quinn, os valores são 6267,454 para o modelo de Gasto Orçamentário e 6460,42 para o modelo de Dívida Pública. Da mesma forma, o valor menor para o modelo de Gasto Orçamentário indica um ajuste melhor em relação ao modelo que contém a Dívida Pública na variável dependente, de acordo com esse critério.

O Log da Verossimilhança é uma medida utilizada para avaliar a adequação de um modelo estatístico aos dados (SILVA; GALVÃO, 2021). Valores mais negativos indicam um melhor ajuste. No caso dos modelos apresentados, o valor do Log da Verossimilhança é de -3099,089 para o modelo de Gasto Orçamentário e -3195,572 para o modelo de Dívida Pública, indicando que o modelo de Gasto Orçamentário apresenta um melhor ajuste aos dados do que o modelo de Dívida Pública, com um valor de log mais negativo. Esses resultados se alinham aos achados de Silva e Galvão (2021), que encontraram os mesmos parâmetros ao analisarem critérios de Akaike, Hannan-Quinn e Log da Verossimilhança entre o Modelo de Efeitos Fixos (MEF) e o Modelo de Efeitos Aleatórios (MEA).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo evidenciar a presença de ciclos políticos orçamentários em municípios da microrregião de Sousa-PB. Para atender o objetivo proposto, foi utilizado modelos econométricos de regressão em dados em painel, com 14 municípios contendo a amostra, dentre os anos de 2008 – 2020. Como principais variáveis observadas sendo o Gasto Orçamentário e a Dívida Pública,

por meio de variáveis independentes como: Ciclo Político Oportunista (ano eleitoral e ano pré eleitoral), Ciclo Político Partidário (esquerda, direita e centro), Partido Político (quadro 2) e Coalisão Política (alinhamento do partido do prefeito com o governo federal e estadual).

O software GRETLE foi usado para a rodagem dos dados e utilizado o Modelo de Efeitos Fixos (MEF) para que se pudessem encontrar as respostas sobre a existência de influências das variáveis independentes no Gasto Orçamentário e na Dívida Pública. Através da análise do MEF, concluiu-se que tais fatores influenciam sim nas variáveis estudadas.

Os dados apresentaram resultados significativos e indicaram que os ciclos políticos oportunistas potencializam o gasto orçamentário em anos eleitorais, com significância menor em anos pré-eleitorais. Não obstante, a Dívida Pública mostrou-se ter aumento em anos pré-eleitorais do que em anos eleitorais, com discrepância entre os fatores de 55,61%, já que ano eleitoral foi igual a 259,9 e no ano pré-eleitoral de 315,5, correspondendo a uma diferença de 55,61%.

Percebeu-se a presença de ciclos políticos Wyse et al. (2020), visto que foi possível observar o aumento de gastos orçamentários em ano eleitoral, quando se compara aos demais anos (ano pré-eleitoral), como por exemplo e sugerido aos resultados, para cada aumento de uma unidade na variável “ano eleitoral”, é esperado um aumento de 196,7% em gastos orçamentários, mantendo as outras variáveis constantes, reforçando as evidências encontradas nesse estudo.

Em relação ao alinhamento político em ambos os modelos o fato de o partido do prefeito estar alinhado com o do governador, tiveram aumento, ao contrário do alinhamento com o presidente. Porém foi observado um valor significativo na Dívida Pública, resultando em um aumento de 844,6, quanto ao alinhamento com o Governo Estadual. Portanto, devido aos impactos significativos dos modelos, confirma-se a hipóteses de ciclos políticos orçamentários, objetivados na pesquisa.

Outrossim, a escolha partidária teve forte influência com a fato da diminuição do Gasto Orçamentário e Dívida Pública com resultados de -332,79% e -982,54%, respectivamente, tendo como principal gerador dessa diminuição a variável “Partido Esquerda”.

A pesquisa teve como limitações a falta de informações suficientes de algumas amostras, o que motiva o déficit da amostragem. Como sugestão para pesquisas futuras, a adição de variáveis como, a reeleição do candidato, como forma de prever a eficiência perante a reeleição ou não, além de uma amostra maior como por exemplo o estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, J. Political economic cycles. *Kyklos*, v. 1, n. 2, 107-117. 1947.

AREGBEYEN, O. O.; AKPAN, U. F. Long-term determinants of government expenditure: A disaggregated analysis for Nigeria. *Journal of Studies in Social Sciences*, 5(1), 31–87, 2013. Disponível em: <https://infinitypress.info/index.php/jsss/article/view/256> Acesso em : 20 jun. 2023.

BARTOLUZZIO, A. I. S. de S.; ANJOS, L. C. M. dos. Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 24, p. 167-180, 2020.

BONFATTI, A.; FORNI, L. Fiscal rules to tame the political budget cycle: Evidence from Italian municipalities. *European Journal of Political Economy*. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2019.06.001>.

CASTRO, V.; MARTINS, R. Politically driven cycles in fiscal policy: In depth analysis of the functional components of government expenditures. **European Journal of Political Economy**, 55, 44-64. 2018.

CHEIBUB, J. A.; PRZEWORSKI, A. Democracia, eleições e responsabilidade política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, p. 49-61, 1997.

CIDADE-BRASIL. **Microrregião de Sousa**. 2021. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-sousa.html> . Acesso em: 31 jan. 2023.

COVRE, J. **Três ensaios sobre ciclos políticos orçamentários no Brasil**. 2016. 95f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/9766> Acesso em: 31 jan. 2023.

SILVA, A. B. da; GALVÃO, R. R.; SILVA, F. de A. E. Relação dos Gastos Educacionais com o IDEB nos Municípios Pernambucanos. **Revista Pernambucana de Administração**, v. 1, n. 1, p. 86-100, 2021.

CARVALHO, F. A. A. de.; DE OLIVEIRA, K. V. A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do estado do rio de janeiro-1998/2006. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 3, n. 1, p. 46-64, 2009.

DOWNS, A. **An Economic Theory of Democracy**. Harper & Row. 1957.

ENKELMANN, S.; LEIBRECHT, M. Ciclos de gastos políticos e resultados eleitorais: evidências da desagregação dos gastos públicos por funções econômicas. **Cartas de Economia**, 121(1), 128 – 132, 2013. DOI: <https://doi-org.ez292.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.econlet.2013.07.015>

KATSIMI, M.; SARANTIDES, V. Do elections affect the composition of fiscal policy in developed, established democracies? **Public Choice**, 151(1–2), 352–362, 2012. DOI: <https://doi-org.ez292.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s11127-010-9749-8>

FINBRA. - **Dados Contábeis dos Municípios - 1989 a 2012**. Tesouro Nacional Transparente, 2023. Disponível em:< <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/finbra-dados-contabeis-dos-municipios-1989-a-2012/2012/26>>. Acesso em: 13 maio 2023.

FONTENELE, A. L.; TABOSA, F. J. S.; OLIVEIRA JÚNIOR, J. N. de; GUIMARÃES, D. B. Sustentabilidade da dívida pública dos estados brasileiros. **Revista Ciências Administrativas**, p. 621-638, jul./dez. 2015.

GOBBI, Simone Garcia. **Teoria do ciclo político-econômicos: um estudo de São Paulo e Minas Gerais**. 2011. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011.

GOOTJES, B.; DE HAAN, J.; JONG-A-PIN, R. Do fiscal rules constrain political budget cycles? **Public Choice**, 1-30, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11127-020-00797-3>.

GONZAGA, D. **Entenda o que é Democracia e como ela funciona no Brasil**. Unale, 2022. Disponível em: <https://unale.org.br/entenda-o-que-e-democracia-e-como-ela-funciona-no-brasil/> . Acesso em: 27 jan. 2023.

IBGE. **Cidades@**, 2023. Disponível em< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>>. Acesso em: 15 maio 2023.

KALECKI, M. Political Aspects of Full Employment. **Political Quarterly**, 14(4), p. 322-330, 1943. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-923X.1943.tb01016.x>

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. **European Journal of Political Economy**, v. 37, p. 21-36, 2015.

KYRIACOU, A. P.; OKABE, T.; ROCA-SAGALÉS, O. Conditional political budget cycles: The role of time preference. **Economics and Politics**. 2021. DOI: <https://doi-org.ez292.periodicos.capes.gov.br/10.1111/ecpo.12187>.

LAMI, E. Political Budget Cycles in the Context of a Transition Economy: The Case of Albania. **Comp Econ Stud**, 65, 221–262, 2023. DOI: <https://doi-org.ez292.periodicos.capes.gov.br/10.1057/s41294-022-00191-6>

NETO, W. P.; ROSSI, G. F. Ciclos político-econômicos no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/1358>. Acesso em: 11 maio 2023.

PREUSSLER, A. P. da S.; PORTUGAL, M. S. UM ESTUDO EMPÍRICO DOS CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS NO BRASIL. **Análise Econômica**, [S. l.], v. 21, n. 40, 2009. DOI: 10.22456/2176-5456.10740. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10740>. Acesso em: 11 maio 2023.

PUCHALE, C. L. **Ciclos político-econômicos nos estados brasileiros: uma análise do gasto público através de dados em painel espacial de 2003 a 2014**. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria]. Universidade Federal de Santa Maria. 2019.

PUCHALE, C. L. PEREIRA, O. L. F.; VELOSO, G. O.; FEISTEL, P. R. A influência de ciclos político-econômicos em despesas socioeconômicas dos estados brasileiros de 2003 a 2014 1. **Política & Sociedade**, v. 19, n. 44, p. 229-256, 2020.

QUEIROZ, M. C. L.; DA SILVA, A. B. Ciclos Políticos Orçamentários No Estado Do Ceará. **Planejamento e políticas públicas**, n. 35, p. 223-252, jul./dez. 2010 2010.

QUAICOE, S. Elections, economic development and debt servicing in Africa. **Cogent Economics & Finance** (2023), 11, p.1-20 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/23322039.2023.2170766>

RODRIGUES, C. A. **Impacto dos ciclos políticos nas despesas públicas nos estados brasileiros**. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da Universidade de Brasília. 2015.

VERGNE, C. Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. **European Journal of Political Economy**, 25(1), 63–77, 2009. DOI: <https://doi-org.ez292.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.ejpoleco.2008.09.003>

SÁEZ, L. The political budget cycle and subnational debt expenditures in federations: Panel data evidence from India. **Governance**, 29(1), 47–65. 2016.

SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 39(1), 39-58. 2009.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. Política fiscal e reeleição nos municípios brasileiros: uma análise via dados em painel para o período 1988-2000. In: ANPEC, 2007, **Anais...** São Paulo: ANPEC, 2007.

SILVA, S. L. P.; FARONI, W. Ciclos político orçamentários em municípios da zona da mata mineira–2000/2008. **RAUnP**, Ano IV, n. 1, 54-66, out. 2011/mar. 2012.

SINCOFI – Sistema de informações contábeis e fiscais do setor publico brasileiro. **Tesouro Nacional**, 2023. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf Acesso em: 13 maio 2023.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Resultado das Eleições na Paraíba**, 2023. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 14 maio 2023.

WIKIPÉDIA. **Microrregião de Sousa**. 2021. Disponível em: https://fr.wikipedia.org/w/index.php?title=Micror%C3%A9gion_de_Sousa&oldid=186694782 . Acesso em: 31 jan. 2023.

WYSE, M. N. O.; MACHADO, D. P.; GOMES, D. G.; FERNANDEZ, R. N. Influência dos ciclos políticos nos gastos públicos e seu efeito sobre a dívida pública. **Gestão & Conexões**, v. 11, n. 3, p. 55-73, 2022.